Recurso interposto em 13 de janeiro de 2021 por Comprojecto-Projectos e Construções, Lda, Paulo Eduardo Matos Gomes de Azevedo, Julião Maria Gomes de Azevedo, Isabel Maria Matos Gomes de Azevedo do despacho proferido pelo Tribunal Geral (Nona Secção) em 16 de dezembro de 2020 no processo T-416/20 REC, Comprojecto-Projectos e Construções e.a. / Tribunal de Justiça da União europeia e.a.

(Processo C-21/21 P)

(2021/C 329/06)

Língua do processo: português

Partes

Recorrentes: Comprojecto-Projectos e Construções, Lda, Paulo Eduardo Matos Gomes de Azevedo, Julião Maria Gomes de Azevedo, Isabel Maria Matos Gomes de Azevedo (representante: M. Ribeiro, advogado)

Outras partes no processo: Tribunal de Justiça da União Europeia, Tribunal de l'Union européenne, Banco Central Europeu

Por despacho de 30 de junho de 2021, o Tribunal de Justiça (Sexta Secção), julgou o recurso manifestamente inadmissível e condenou as recorrentes a suportarem as suas próprias despesas

---

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Sąd Rejonowy dla Łodzi-Śródmieścia w Łodzi (Polónia) em 5 de março de 2021 — processo penal contra D. B.

(Processo C-150/21)

(2021/C 329/07)

Língua do processo: polaco

Órgão jurisdicional de reenvio

Sąd Rejonowy dla Łodzi-Śródmieścia w Łodzi

Parte no processo principal

D. B.

Questões prejudiciais

- 1) Pode considerar-se que uma decisão que aplica uma sanção pecuniária adotada por uma autoridade administrativa central neerlandesa, designada em aplicação do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias⁽¹⁾, passível de recurso junto do Ministério Público, que está subordinado em termos hierárquicos ao Ministério da Justiça, cumpre os critérios da decisão suscetível de recurso para «um tribunal competente [...] em matéria penal» na aceção do artigo 1.º, alínea a), ponto ii), da decisão-quadro?
- 2) Pode considerar-se que foi cumprido o critério segundo o qual uma decisão que aplica uma sanção pecuniária pode ser impugnada num «tribunal competente [...] em matéria penal» quando só é possível interpor recurso no tribunal de primeira instância numa fase posterior do processo, ou seja, após decisão negativa do procurador, e, além disso, em certos casos, mediante o pagamento de uma taxa de valor correspondente à sanção aplicada?

⁽¹⁾ Decisão-quadro 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias (JO 2005, L 76, p. 16).